

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Espaço público e moradia: as construções simbólicas do centro de São Paulo

Relatório de Iniciação Científica
Discente: Lindolfo Campos Sancho
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Andréa Barbosa

Guarulhos

Julho 2013

Introdução

Desde a casa primitiva até as grandes cidades. Dos espaços construídos que nos encerram em seu interior, aos que conduzem nossos passos nos amplos espaços que compartilhamos com o resto do mundo, o espaço construído é, certamente, uma das mais importantes obras que configuram o mundo material que media as relações dos homens com o mundo sociocultural do qual fazem parte, seja juntando-os, separando-os, ou mediando e regulando suas ações. Este mundo construído, entretanto, não surge de forma espontânea e arbitrária. Todo espaço construído deve sua existência a intenção de seu autor, seja esta intenção expressada em um projeto pensado que leva em consideração outros elementos além da funcionalidade, ou simplesmente posto na realidade com vistas a atender alguma necessidade específica.

Desta forma, uma casa, um prédio, ou mesmo uma cidade são, em sua existência material, expressões do pensamento de sujeitos que idealizaram espaços que devem exercer um impacto no mundo dos homens de acordo com essas idealizações. Mas, ao mesmo tempo em que o espaço construído é resultado do pensamento de um ou vários sujeitos, e que de início sua influência sobre os homens que comporta está subordinada a este pensamento, também está sujeito a leituras, e conseqüentemente usos por parte de outros sujeitos que destoam da intenção que deu início a sua construção. Ao mesmo tempo em que também está sujeito a sofrer o impacto de outras idealizações que sirvam de referência para modificar sua função, sua forma e mesmo sua existência (ARGAN, 2005).

Assim, podemos ter sobre um mesmo espaço, uma multiplicidade de leituras sobre seu significado e sua função. E também uma multiplicidade de idealizações que servem de referência a estas leituras e possíveis intervenções.

Considerando a possibilidade destas múltiplas leituras e idealizações do espaço, o centro de São Paulo torna-se lugar privilegiado para se estudar o espaço urbano e suas construções simbólicas. Sua especificidade, de ter sido durante todo o século XX o lugar onde a imagem mais característica da cidade repousava sobre sua paisagem, e sua condição atual, objeto de ações e discussões sobre intervenções que visam transformá-lo, nos permite verificar como as transformações históricas de seu acervo arquitetônico, dos usos de seu espaço, das formas de ocupação e das características de quem o ocupa são mobilizados nestas construções simbólicas que imprimem uma forma de ver e experienciar a região.

O centro de qualquer cidade é, normalmente, o lugar onde a “imagem oficial” que se tem da cidade é construída. Em São Paulo, entretanto, os ícones que atestam sua identidade vêm sendo construídos não apenas em seu centro tradicional, mas em uma área que se expande tanto quanto o espaço urbano da cidade. Ao digitar o nome da cidade em um site de buscas, (sua paisagem e ícones

mais característicos devem aparecer) podemos notar que o centro mais antigo de São Paulo divide espaço com a Avenida Paulista, o Parque do Ibirapuera, a região da Marginal Pinheiros e da Avenida Berrini, cada um em uma zona diferente da cidade. O Copan aparece ao lado do MASP, e da Ponte Octávio Frias de Oliveira (Estaiada), atestando o caráter policêntrico da cidade. E sendo assim, se o centro tradicional já não é mais o único representante da “imagem oficial” de São Paulo que é projetada para o mundo, é justamente sua situação nesta nova conjuntura que abre espaço para a busca de uma especificidade que o recaracterize. Fazendo deste, um bom momento para o estudo das construções simbólicas deste lugar.

METODOLOGIA

Ao propor investigar esta região da cidade em sua dimensão simbólica, apareceu como problema o fato de que diferentes formas de enxergar a região são ao mesmo tempo construções de diferentes regiões geográficas. Há uma série de termos usados para se referir ao centro de São Paulo. Tais termos indicam antes de tudo uma imprecisão nas fronteiras que delimitam o lugar escolhido como objeto de estudo.

Assim, antes de investigar os “vários centros” atualmente existentes nas imagens que a sociedade tem a respeito deste lugar, optei por uma investigação que demonstrasse como estes “centros” foram construídos historicamente, influenciando a formação do espaço urbano que conhecemos hoje.

Portanto, para o alcance do objetivo principal, o objetivo específico desta pesquisa é tornar mais claras as fronteiras do espaço a ser estudado, demonstrando como tais fronteiras se constituíram historicamente nesta dimensão simbólica.

Desta forma, durante a pesquisa me concentrei em estudar as transformações históricas do centro de São Paulo olhando mais para o seu passado com vistas a entender como a situação presente se formou. Os dois aspectos da região que propus investigar – a constituição do espaço público e a questão da moradia na região foram mobilizados como eixos orientadores da investigação da história da cidade.

O estudo das construções simbólicas atuais da região deve ser feito como desdobramento deste estudo de sua formação histórica.

A investigação do passado deste espaço urbano foi feita por meio de um estudo bibliográfico de pesquisas que possuem o centro de São Paulo, e mesmo a cidade como um todo, como tema.

Levando-se em conta o tempo de desenvolvimento de um trabalho de iniciação científica, apoiar-se em outros estudos feitos sobre o tema diminui o tempo despendido no levantamento de dados, possibilitando maior dedicação à reflexão sobre o tema proposto. Assim, ao estabelecer um

diálogo deste trabalho com o de outros autores, além de suas reflexões que contribuíram para a análise do problema, também os dados por eles levantados puderam ser mobilizados na pesquisa como fontes de informação já disponíveis.

Para eleger os principais momentos de transformação da cidade, momentos que devem ser destacados como determinantes das transformações que se seguiram, junto ao estudo bibliográfico tive como fonte de informação algumas das unidades curriculares cursadas na graduação durante o período de pesquisa, como “São Paulo e Rio de Janeiro: habitação e cidade nos séculos XIX e XX”, “História, espaço e patrimônio edificado” e “Arquitetura e transformação urbana no Brasil”. Nestas unidades curriculares, com auxílio bibliográfico, questões urbanas relacionadas à história de São Paulo foram apresentadas, contribuindo para compreender como esta cidade se tornou o que é hoje.

Cidade em expansão

No dia primeiro de março de 1901 foi inaugurado o prédio da Estação da Luz. O grande prédio importado era o terceiro prédio da estação que foi inaugurada em 1867 (SOUKEF, 2000). As mudanças no prédio da estação eram, na verdade, ampliações que adequavam seu tamanho ao crescimento de sua importância para a cidade. Este terceiro prédio representava o ápice das atividades ligadas à ferrovia, e seu tamanho e estilo arquitetônico atestavam a identidade em construção da nova cidade em que se tornava São Paulo, agora centro de negócios da economia do café.

A torre da estação se destacava no horizonte daquela cidade de edificações de pouca altura. Seu destaque na paisagem a tornou referência para os transeuntes que conferiam a exatidão de seus relógios pessoais de acordo com o relógio da torre que, não só os permitia se localizar no tempo, mas também no espaço. Pela estação, sabia-se onde estava a Luz, pela Luz, sabia-se onde estava o Brás, o centro, o Tietê, o Tamanduateí, enfim, reconhecia-se a cidade.

Entre a inauguração da primeira Estação da Luz e a inauguração de seu prédio definitivo muitas mudanças ocorreram em seu entorno, e na cidade que até então se resumia à colina cercada pelos rios Tamanduateí e Anhangabaú. Os fazendeiros do interior do estado que vinham à São Paulo de trem para tratar dos negócios do café começaram a se instalar nos palacetes construídos nas áreas das antigas chácaras que formavam a região da Luz. Desta forma estariam próximos do centro da cidade, e da estação.

Na sequência da formação de um bairro para a elite cafeeira, todo um setor de serviços começou a ser desenvolvido no entorno da estação, tornando o bairro da Luz uma região de atividade comercial intensa, e também de ocupação mais mista desde que, com o crescimento da cidade, e da dinâmica econômica naquela região mais e mais pessoas utilizavam seu espaço.

Na condição de lugar de chegada da cidade, a região adquiriu importância, e a

intensificação das atividades que ocorriam em função da estação se tornou motivo para as elites começarem a se afastar do bairro em direção à zona oeste, em novos loteamentos como os Campos Elíseos, e Higienópolis (CAMPOS, 2005). Em 1901, portanto, a imagem da região da Luz já havia mudado em relação ao período de chegada da ferrovia e da elite cafeeira em meados de 1860.

A região do triângulo, onde até o começo da segunda metade do século XIX se encontrava a cidade de São Paulo, havia se tornado o centro de negócios da economia do café. Com esta nova condição, intervenções urbanas começaram a ser empreendidas. Suas edificações de características coloniais deram lugar a prédios de arquitetura eclética, suas ruas foram alargadas, e a atividade comercial passou a dominar a dinâmica da região (SCHWARCZ, 1994). Como cidade que ganhava importância, São Paulo no começo do século XX sofreu uma série de intervenções que atestavam a nova vida urbana da cidade, caracterizada pela construção de uma identidade de metrópole, afirmada pela adequação de seu espaço urbano aos padrões urbanísticos e arquitetônicos característicos das cidades europeias. Ou seja, as grandes cidades europeias eram então tomadas como referência na construção da paisagem de São Paulo.

Junto à Estação da Luz, e à nova paisagem do triângulo histórico, há também o Viaduto do Chá como marco da nova cidade que era formada. Em 1892 foi inaugurado o viaduto que atravessaria o vale do Anhangabaú, ligando a Rua Direita à Rua barão de Itapetininga, que seguia até a Praça da República. A região do triângulo, já saturada em decorrência do crescimento da cidade, demandava uma expansão que levou parte da atividade comercial de São Paulo na direção do vale, cercando-o, e seguindo em direção ao Largo dos Curros - depois Praça da República (ARANTES, 2000:46; FRÚGOLI, 2000:52). No começo do século o vale foi ajardinado, tornando-se um parque rodeado pela paisagem “europeizada” da metrópole em formação, que se estendia do triângulo histórico à Cidade Nova.

Esta travessia do aparato urbano da cidade para o outro lado do vale pode ser considerada, junto ao desenvolvimento urbano do entorno da Estação da Luz, como a primeira expansão do centro da cidade, que até então era identificado com o triângulo histórico.

Na sequência desta primeira transformação, no começo do século XX a atividade industrial começou a ser desenvolvida na cidade. Nos caminhos da ferrovia, indústrias, em sua maioria têxteis, apareceram transformando bairros como o Brás, e o Bom Retiro nos primeiros bairros com população operária da cidade (GUIMARÃES, 1977).

No começo do século, portanto, o espaço urbano da cidade estava concentrado em seu centro tradicional, e alguns limitados bairros industriais e residenciais contíguos a este centro, mas diferentemente da São Paulo do século anterior, as formas de ocupação deste espaço urbano estavam mais definidas, com a separação das áreas de negócios como o centro, os bairros das elites à oeste, e os bairros industriais à norte e leste, seguindo a estrada de ferro (SOUKEF JUNIOR,

2000:42; GUIMARÃES, 1977:154). A população mais pobre vivia nesta última área, mas também no centro, em moradias de aluguel como cortiços, um negócio bastante lucrativo à época.

Apesar destas divisões, o espaço onde esta vida urbana acontecia era limitado a uma área pequena, tendo em vista o ritmo de crescimento da cidade. Assim, conforme sua área urbanizada tornava-se saturada, novas áreas eram incorporadas ao cotidiano da cidade.

E as elites, fugindo tanto das áreas insalubres ocupadas pela população mais pobre, quanto da intensidade das atividades econômicas do centro, migravam cada vez mais para oeste da cidade (CAMPOS, 2005). Enquanto o poder público, junto a organizações que se dedicavam a estudar e planejar os modos de morar da população pobre começou a regular a formação dos cortiços e delegar à iniciativa privada o desenvolvimento de outros tipos de moradia, como as vilas operárias que se formavam dentro dos complexos fabris dos bairros industriais, financiados pelos próprios donos das indústrias (CAMPOS, 2008). Algumas vilas também foram construídas sem estar vinculadas a uma determinada indústria. Por ser um negócio lucrativo, todo tipo de investidor entrou no mercado de moradias de aluguel deste tipo (GUNN & CORREIA, 2004). Esse modo de morar, entretanto, ficou limitado a uma pequena parcela da população operária. A grande maioria da população pobre de São Paulo ainda vivia em cortiços próximos do, e no centro.

A partir da segunda década do século XX, intervenções urbanas que definiriam a expansão da urbanização da cidade pelas décadas seguintes, e a situação de sua região central, começaram a ser aplicadas. Entre as mais importantes está o Plano de Avenidas, que propunha a construção de uma série de vias arteriais que sairiam do centro em direção às outras áreas da cidade para onde a expansão urbana seguiria (CALDEIRA, 2000:216; FRÚGOLI, 2000:54). Com este plano, aliado à estruturação de um sistema de transporte público baseado em ônibus, que tornou espaços mais distantes acessíveis, na década de 40, a moradia própria se tornou mais próxima da realidade da população pobre que pôde adquirir lotes na periferia onde construiriam suas casas¹, dependendo ainda do centro para trabalhar e dispor de infraestrutura. Assim, a separação entre as classes que já configurava o espaço da cidade se intensificou nas décadas seguintes com as elites morando no lado oeste da cidade, mas próximas do centro, e a população pobre cada vez mais afastada, principalmente à leste da cidade (CALDEIRA, 200:218).

Quando o Plano de Avenidas ainda era elaborado, no centro cada vez mais saturado acontecia mais uma transformação urbana que iria recharacterizar a paisagem da cidade. Em 1929 foi inaugurado, próximo ao triângulo histórico, o edifício Martinelli, início do processo de

1 Abordando o desenvolvimento deste novo padrão de moradia que se formava na cidade, Teresa Caldeira (2000) relaciona a estruturação da expansão do espaço urbano conduzida pelo plano de avenidas, junto ao desenvolvimento do transporte público sobre rodas, à nova situação que se configurava no centro, onde as moradias de aluguel começaram a sumir em decorrência da lei do inquilinato que congelou os preços dos aluguéis em 1941. Esta conjuntura, junto à valorização da casa própria iniciou o processo de expansão da cidade para as periferias na forma de moradias autoconstruídas.

verticalização de São Paulo, e da mudança nas referências de cidade usadas na construção de uma paisagem que corroborasse a identidade de São Paulo.

O Martinelli, que na época de sua inauguração dominava o horizonte, logo foi obscurecido por seus pares mais modernos. Uma década após sua inauguração, começou a ser construído ao seu lado o edifício que seria sede do Banco do Estado. É significativo notar que o edifício branco, de linhas simples, pouco ornamentado, tomou o lugar do edifício avermelhado, dotado de ornamentos nas janelas, tijolos e mansarda, como símbolo da cidade.

Ainda mais tarde, em 1954, o edifício praticamente desapareceu do horizonte da cidade sem ter deixado de existir. Cercado pelo prédio branco que confirmava as cidades norte-americanas como modelo de cidade para São Paulo, e pelo prédio bege, massivo, sede do Banco do Brasil, que atestava a incorporação do modernismo nos modelos de cidade e arquitetura que deveriam formar a identidade paulistana, o Martinelli deixou de ser referência para quem olha para a cidade à procura de um marco que a identifique.

O processo de verticalização que começou na década de 20, na Rua Libero Badaró, prosseguiu até o fim dos anos 50 concentrado neste núcleo central e em alguns bairros próximos, formando a paisagem mais conhecida da cidade. Durante este período a maior parte dos prédios construídos em São Paulo era destinada a não moradia. Os prédios de apartamentos surgiram em ritmo mais lento devido à imagem que a população tinha sobre este tipo de moradia².

Afastados do centro mais antigo, estes prédios destinados à moradia foram construídos, no início, nas áreas contíguas ao centro estruturadas pelo plano de avenidas, como nas avenidas São João e Ipiranga, estando concentrados na região da República em direção à Consolação.

Analisando a história da verticalização em São Paulo, Teresa Caldeira (2000) aponta as principais causas da intensificação deste modo de moradia a partir de 1957. Causas responsáveis também pela não contemplação da população de baixa renda por estas moradias, e da migração deste processo de verticalização para fora do centro da cidade.

A partir de 1957 a construção desordenada na cidade começou a ser controlada por leis de zoneamento municipal. A primeira limitava o coeficiente de aproveitamento³ das construções de prédios comerciais e residenciais, e determinava a área mínima das unidades dos apartamentos em relação à área do terreno. Estas leis de zoneamento tornaram os terrenos no centro mais caros e seu aproveitamento menos rentável. Assim, os empreendimentos imobiliários começaram a migrar para

2 Caldeira (2000) cita uma pesquisa do IBOPE de 1945 onde 90,8% dos entrevistados (paulistanos de classe média) declararam preferir casas a apartamentos. Cita também um trabalho de Carlos Lemos, *Cozinhas, etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da Casa Paulista*, onde segundo o autor, na década de 40, este tipo de moradia era associado a cortiços, pobreza e falta de privacidade e liberdade.

3 O Coeficiente de aproveitamento determina a área máxima que pode ser construída em um terreno, incluindo seus pavimentos. O número do CA é multiplicado pela área do terreno, sendo o resultado a área máxima que pode ser construída. O número de pavimentos em que esta área máxima pode ser construída dependerá da taxa de ocupação, que é a porcentagem da área do terreno que será usada para a construção. (SABOYA, 2007)

fora do centro, onde havia terrenos mais baratos e amplos.

Na década seguinte, o mercado imobiliário de prédios de apartamento passou a contar com o aporte financeiro do governo federal por meio do Banco Nacional de Habitação e do Sistema de Financiamento de Habitação que financiaram, em sua maior parte, habitações para as classes médias. Foi a partir deste momento que a paisagem de São Paulo se transformou num mar de concreto que se expande até onde o olho alcança, com as classes mais abastadas vivendo em apartamentos.

Esta migração dos prédios de apartamento, junto com as classes médias, para fora do centro foi acompanhada pelos edifícios comerciais que começavam a formar novas paisagens oficiais da cidade nas Avenidas Paulista e Faria Lima, em direção ao vetor sudoeste, chegando hoje à região da Avenida Luis Carlos Berrini (FRÚGOLI, 2000).

No trecho a seguir, do livro “Centralidade em São Paulo: Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole”, FRÚGOLI (2000) faz uma conclusão sobre a condição da centralidade em São Paulo após a expansão do centro do começo do século até o período de aplicação da lei de zoneamento. Para ele, no lugar do surgimento de uma multipolaridade na metrópole, houve apenas um desdobramento do antigo centro:

“Até os anos 60, como mostra Helena Kohn Cordeiro, São Paulo contaria efetivamente com um único centro metropolitano, dividido então entre o “Centro Tradicional” (da Praça da Sé à Praça do Patriarca, com eixo na Rua Direita) e o “Centro Novo” (da Praça Ramos de Azevedo à Praça da República, com eixo na Rua Barão de Itapetininga), com maior concentração de empresas neste último (cf. Cordeiro, 1980:60). Ambas as áreas corresponderiam, respectivamente, ao desenvolvimento paulistano durante a primeira fase da industrialização, no período 1910-40, e à fase da industrialização da Segunda Guerra, em 1940-60 (cf. Cordeiro, 1992:10). Só durante o assim chamado “milagre brasileiro” (1968-1973) teria início a formação de um novo e poderoso subcentro em torno da Avenida Paulista”.

A menção ao período do “milagre brasileiro” como momento da formação da Avenida Paulista como subcentro coincide, justamente, com o período em que o suporte do governo federal em financiamentos para moradias em prédios de apartamento, seguidos pelos empreendimentos comerciais, manteve o mercado imobiliário em expansão para fora do centro, devido às leis de zoneamento (CALDEIRA, 2000).

Os efeitos desta expansão do centro da cidade, ou do surgimento de novas centralidades, sobre esta área mais antiga são a chave para a definição geográfica do atual centro de São Paulo.

Novas maneiras de se olhar o centro têm surgido, suas características urbanas têm sido manipuladas como meio de se construir uma nova imagem da região que permita a recuperação de seu espaço e importância, seja como moradia, como lugar de reivindicação a um espaço público de

fato na cidade, ou mesmo como lugar turístico, devido a seu patrimônio edificado, suas opções de serviços culturais e de consumo entre outras características.

Entretanto, esta transformação opera de maneiras diferentes pela região, o que prova que o espaço reconhecido atualmente como centro não é homogêneo. Certos lugares possuem históricos de ocupação que o diferenciam de outros. O agrupamento de áreas distintas da cidade em uma só região reconhecida como centro se deve ao processo de degradação urbana que estas áreas compartilham.

Ainda que seja difícil determinar geograficamente a área que corresponde ao centro a partir das indicações obtidas por meio de conversas informais (as definições sobre o centro são variadas, e não são feitas por meio de indicações precisas, como num mapa), é possível estabelecer alguns critérios que são utilizados no cotidiano para indicar esta região. Critérios que indicam as novas formas de enxergar a região.

O primeiro deles diz respeito a sua atividade comercial, e aos serviços disponíveis. Seja pela “25 de março”, St. Ifigênia, “Rua das noivas” no Bom Retiro ou o “Poupa Tempo” da Sé (o maior da cidade). Desde o começo da perda de relevância do centro, a imagem que mais se consolidou sobre a área é a que a relaciona com o comércio popular e com alguns serviços públicos.

A migração dos bancos e de outras empresas importantes para as novas centralidades da cidade não implicou na diminuição do dinamismo econômico da região. Como apontou FRÚGOLI (2000) o centro continuou a manter importante parcela dos empregos relacionados ao setor terciário, além da presença do comércio informal e popular na região que passou a compô-la como uma região de “caráter interclasses”.

“Há uma enorme diversidade sociocultural nos espaços do Centro, complexa e conflitiva, sendo impossível reconstituí-la em sua totalidade, bastando aqui frisar seu forte caráter interclasses, em que membros das classes médias e altas que trabalham em empresas, escritórios e instituições cruzam cotidianamente com os oriundos das classes populares, desde os que também trabalham e moram na região, até os milhares de usuários do transporte coletivo, em meio à ocupação... de seus espaços públicos para atividades informais, isso sem tentar abarcar outros inúmeros usos ligados a consumo, entretenimento, lazer etc. (FRÚGOLI, 2000: 59)”.

Há também a ideia de perigo relacionada ao esvaziamento de seu espaço público fora do horário comercial. As recomendações para não transitar pelo centro à noite, por exemplo, são frequentes, devido ao medo de “trombadinhas”, usuários de drogas, e mesmo moradores de rua (associados a estes dois tipos) que passaram a fazer parte da paisagem da região.

Por exemplo, em 1993 foi lançado um livro que tem como tema a cidade de São Paulo⁴, só

4 Claude Olievenstein e François Laplantine: **Um olhar francês sobre São Paulo (São Paulo vu par deux français)**. Editora brasiliense. São Paulo, 1993.

que sob o olhar de dois homens franceses. Sem nenhuma pretensão acadêmica, a cidade não apareceu despida de julgamentos de valores resultantes de sua abordagem a partir dos critérios urbanísticos característicos das cidades europeias.

Os critérios de “organização” urbana que apresentam as cidades europeias em harmonia com seu passado distante, fazendo destas, cidades com história e harmônicas aparecem no livro em confronto com o aparente caos de São Paulo, cidade em constante transformação, transformação violenta que a destrói em ordem de reconstruí-la segundo os novos modismos.

Quando este olhar se pôs sobre o centro, a imagem do perigo e da degradação da região corroborou o imaginário que vem sendo construído desde os anos 80.

“Na Praça da República, nenhuma convivência é possível, e até o McDonald's fecha cedo, depois de numerosos assaltos. Durante o dia, é uma praça comum do centro, num setor comercial com importantes livrarias (a Livraria Francesa, uma das melhores do mundo, fica numa lateral não muito longe), lojas de companhias aéreas e até um hotel Hilton⁵, hoje com menos status. Antes da passagem de Jânio Quadros pela prefeitura (1986-89), a praça era o paraíso dos meninos de rua. Eles foram expulsos, mas sempre aparecem alguns em busca de uma boa ocasião. Mesmo durante o dia, o pequeno jardim que ocupa o centro da praça não é recomendável para os que não estão acostumados. Em grupos de dois, três ou quatro, alguns desses jovens de expressão ameaçadora podem, para roubar, colocar uma faca na garganta de alguém, que vai se considerar muito feliz se não for ferido em virtude de um momento de mau humor, agravado pela ação de drogas de todo o tipo (OLIEVENSTEIN, 1993:28)”.

Apesar da distância no tempo deste relato. Ele traz uma imagem que ainda hoje sobrevive, e se talvez não seja tão forte quanto à República, ainda é relevante quando em relação ao centro de maneira geral.

A violência, a pobreza, e as opções de entretenimento como botecos frequentados por migrantes nordestinos, cinemas de filmes pornográficos e boates com um show miserável, “inaceitável para a mais modesta de nossas boates de província” (1993:29) são mobilizadas junto à paisagem edificada que compõe a praça na construção de uma imagem tão característica do centro que o diferencia mesmo de outros lugares onde a violência e a pobreza também fazem parte do cotidiano. Olievenstein encerra sua descrição da Praça da república dizendo que “Na megalópole, são múltiplas as áreas em que a pobreza rima com o perigo, particularmente na Zona Leste, mas é talvez o esplendor mais ou menos decadente da Praça da República e de seus arredores que dá mais a impressão de um cu-do-mundo dominado pela violência e pelo ódio... (1993:32)”.

Esta descrição apresenta, possivelmente, uma imagem extrema sobre a região. Mas ainda que esta imagem exata não seja amplamente compartilhada pelos paulistanos, ainda mais nos dias

5 Hilton que em 2004 seguiu a tendência e migrou para o vetor sudoeste. Hoje se encontra as margens do Rio Pinheiros.

atuais, a imagem sobre o centro consolidado nesta época segue este mesmo princípio.

Estas características são importantes para definir a área correspondente ao centro de São Paulo, pois justamente a partir desta situação podemos incorporar áreas com histórias diferentes neste mesmo rótulo de “centro”, como a República e o Brás, por exemplo.

Discutindo o dinamismo atual da região, Frúgoli cita dois relatórios feitos em 1995 sobre a questão do emprego e da moradia.

O primeiro relatório foi feito pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) sob encomenda do Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo (ProCentro). Nesta pesquisa foi feito um levantamento sobre a oferta de emprego na região central, sendo que os distritos abordados foram Bela Vista, Bom Retiro, Consolação, Liberdade, Santa Cecília, Santa Ifigênia (que é um bairro do distrito da República) e Sé. O ProCentro é um programa da prefeitura de São Paulo que objetiva promover o desenvolvimento econômico e social do centro de São Paulo, e sua área de contemplação está dividida entre a área de intervenção e a área de impacto, sendo os distritos da República e Sé a área de intervenção, e os distritos Bela Vista, Belém, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Consolação, Liberdade, Mooca, Pari e Santa Cecília a área de impacto.

Já o segundo relatório, de Aldaíza Sposati, sobre a moradia na região contempla os distritos de Santa Cecília, Liberdade, Bela Vista, Consolação, República, Cambuci, Bom Retiro, Brás, Sé e Pari (FRÚGOLI, 2000: 59-60). Área que possui em comum o processo de esvaziamento, com perda de seus moradores tradicionais (tabela I).

Enquanto no começo do século o centro, que correspondia ao distrito da Sé, foi expandido devido à saturação de sua área, transformando novas áreas em parte importante e moderna da cidade, em seu processo de deterioração, sua expansão se deu por motivo completamente diferente. Passou a ser incorporada ao centro toda área contígua que vinha sofrendo do mesmo processo de deterioração, mesmo que, historicamente, o desenvolvimento urbano destas áreas fosse diferente.

Na Sé, e nas áreas da República e Santa Cecília que cercam o vale do Anhangabaú o processo de deterioração teve início com a migração de sedes de bancos e empresas importantes para as outras áreas da cidade, ou seja, com a perda de seu dinamismo econômico. As regiões à leste e norte como Bom Retiro, Brás e Pari, até então reconhecidas como operárias, foram incorporadas a região central devido à seu processo de deterioração decorrente, também, da perda de seu dinamismo econômico, só que motivado pela desindustrialização da cidade. Ao mesmo tempo, áreas mais a oeste, reconhecidas como áreas residenciais das classes médias e altas, foram incorporadas ao centro em decorrência da desvalorização imobiliária causada pela migração destas classes para fora da região, processo que teve seu apogeu com a construção do famigerado “minhocão”, apontado por muitos como principal responsável pela deterioração daquela área central de caráter mais residencial.

É importante notar que dentro destas áreas reconhecidas como centro há lugares que não acompanharam o processo de transformação urbana das áreas que se tornaram alvo de discussões sobre intervenções de revitalização, reinvenção de identidade etc. Nos distritos de Consolação, Bela Vista, Cambuci e Liberdade há bairros cujas características de ocupação mantiveram-se constantes, ou passaram por poucas transformações. Estes bairros têm em comum o fato de possuírem uma forma de ocupação predominantemente residencial, não tendo sido formados em torno de uma atividade econômica específica. Além disso, estes distritos compõem o lado sul da subprefeitura da Sé (que designa, oficialmente, o centro da cidade), estando entre o centro antigo e o novo centro de negócios da Avenida Paulista.

Assim, o centro corresponde a algumas das áreas de desenvolvimento urbano mais antigo da cidade. Urbanização resultante da chegada da ferrovia, da atividade comercial, e da industrialização. Apesar das especificidades históricas de cada bairro, a convergência de suas trajetórias para o momento atual em que são definidas como região central pode ser baseada no processo de degradação iniciado nos anos 80 que compartilham.

Conclusão

Quando se mora afastado do “centro da cidade”, seja em uma zona urbana ou rural, é comum ouvir pessoas dizendo “vou ao centro”. Assim como também é comum ouvir dizerem “vou à cidade”, ou “vou à cidade *x*” - dizendo o nome da cidade em referência ao seu centro, como se fossem o mesmo lugar, e o lugar onde moram não fizesse parte da cidade em questão, ainda que a periferia faça parte de uma cidade tanto quanto o centro. Se referir ao centro pelo nome da cidade é mais comum em cidades pequenas e principalmente pouco urbanizadas, mas demonstra bem como o centro de uma cidade representa a cidade em si.

Nas grandes cidades esta metonímia que toma a cidade por seu centro não é comum. No entanto, esta relação em que o centro a representa é possível de ser verificada pelo modo como a paisagem, edificada principalmente, transmite a imagem da cidade.

A paisagem edificada do centro de São Paulo, quando modificada em sua forma em momentos específicos de transformação na cidade como um todo, pode ser lida como construção de uma versão da cidade. Versão que a representa, que a permite ser reconhecida na medida em que uma ou outra edificação se destaca no horizonte devido a uma característica específica, conferindo à paisagem, justamente, uma especificidade que caracterize a cidade.

A construção desta identidade pela construção da paisagem é também uma idealização da cidade - não na medida em que as intervenções urbanas são feitas com um objetivo claro, como adequar o espaço urbano ao crescimento da cidade, ao aumento populacional, ao aumento do número de automóveis e etc., mas na medida em que estas mesmas intervenções levam em

consideração outros aspectos além da funcionalidade. Quando tomam como referência certas cidades e não outras, certos períodos do passado e não outros, quando permitem que, ao olhar a cidade, esta seja reconhecida ao mesmo tempo em que reconhecemos outras cidades ou outras temporalidades, pela semelhança das paisagens, estas idealizações são reconhecidas.

Esta idealização da cidade nunca se materializa entretanto. Está sempre presente nos projetos, nos discursos, nas formas de enxergar a cidade, mas nunca existe de fato, pois no momento em que é construída, deixa de ser ideal justamente por se tornar real, na medida em que, tal como Brasília ou Chandigarh, o tempo e seus usos cotidianos a submetem a outras leituras e usos que destoam de seu projeto inicial. E sua paisagem, assim, passa a representar uma cidade diferente daquela que representava quando construída – tal como no relato de Olieverstein em que mobilizava a paisagem da Praça da República junto aos eventos que lá ocorriam para construir sua imagem sobre aquele lugar.

Beatriz SARLO (2010) diz que a cidade real entra em colisão ou corrobora a cidade escrita. Escrever a cidade é representá-la, recriá-la. Quando esta construção tem como base uma cidade real, é produzida uma versão desta cidade que, seja utópica, distópica ou com pretensões a uma representação realista, não deixa de ser criação de uma cidade ideal. E como diz Argan, a cidade ideal nada mais é que um ponto de referência em relação ao qual se medem os problemas da cidade real (2005:74).

Tomando de início a construção da paisagem edificada dos centros urbanos como produção de uma cidade ideal, assim como com a cidade escrita, a cidade real pode confrontar ou corroborar a imagem que esta paisagem transmite. Esta relação é especialmente clara nesta situação, pois no espaço construído em que a paisagem toma forma, a sociedade acontece e a paisagem edificada, tal como as cidades planejadas, deixam de ser representações ideais da cidade, ainda que seja possível enxergar nelas a influência destas idealizações. Este encontro entre a cidade ideal e a cidade real, portanto, permite o reconhecimento do que a cidade é, simultaneamente ao reconhecimento do que a cidade deveria ser.

A eleição destes momentos específicos de transformação urbana do centro de São Paulo durante o século XX demonstra como as construções e reconstruções da paisagem edificada exerceram esta função de representação da cidade. E as mudanças nos usos cotidianos do espaço urbano da cidade e o problema da centralidade demonstram como o lugar estudado foi destituído da prerrogativa de representar a identidade de São Paulo, mudando então, a relação entre a paisagem do centro e a cidade de São Paulo.

Ao procurar reconhecer o espaço que o centro de São Paulo, enquanto lugar ocupa, esta pesquisa apresenta duas espécies de características passíveis de serem mobilizadas para tal reconhecimento. As características atuais e mais objetivas da região, que podem ser levantadas por

estatísticas como a da tabela sobre a diminuição da densidade demográfica na região. E as características formais de sua paisagem, como variações nos estilos arquitetônicos predominantes, nas condições das edificações, sem deixar de atentar para a relação da forma da paisagem com sua função de representar certa imagem da cidade que, pela semelhança das formas, a aproxima ora de uma cidade, ora de outra. Esta segunda espécie de característica demanda uma investigação diferente da que é feita por meio da primeira espécie. A condição atual da paisagem deve ser estudada junto as suas condições anteriores. O passado, assim, permite o reconhecimento do valor que possui a paisagem com a qual nos deparamos atualmente.

Desta forma, não só as cidades ideais (europeias ou norte-americanas) podem ser reconhecidas no estudo da paisagem de São Paulo, mas também o próprio passado da cidade. O centro, afinal, também é reconhecido por seu passado, por seu valor histórico, pela paisagem que atesta este passado e que, na medida em que sua situação de degradação urbana se agrava, apresenta o próprio passado de São Paulo como uma cidade ideal.

O conhecimento destas espécies distintas de características a serem mobilizadas para o reconhecimento deste lugar é importante porque estas não só determinam construções simbólicas diferentes do centro a serem feitas no cotidiano (o centro reconhecido por seu valor histórico é diferente do centro reconhecido por sua degradação urbana, e o centro reconhecido por ambas as características é tanto diferente dos dois primeiros, quanto será diferente na medida em que uma ou outra característica exerça maior influência nesta construção simbólica), mas também esclarecem os princípios que movimentam as ações de intervenção que vêm sendo feitas na região desde fins dos anos 1980.

Por exemplo, na medida em que a transformação da situação do centro é incumbida à instalação de equipamentos culturais e no restauro de suas construções históricas, tal como na inauguração da sala São Paulo (de 1999) no prédio da estação Júlio Prestes (de 1938), ou na instalação do Museu da Língua Portuguesa (de 2006) no prédio da Estação da Luz (de 1901), feitas por iniciativa do governo do estado, o reconhecimento do centro a partir de seu valor histórico é verificado. Assim como projetos de intervenção que aplicam mudanças drásticas na forma do espaço, tal como o “Nova Luz” (2011) - que não vingou, mas deixou uma marca no entorno da Estação da Luz, com terrenos ocupados por escombros no lugar dos prédios antigos que ali existia, demonstram o peso das características mais objetivas daquele lugar sobre as formas de enxergá-lo.

Nos caminhos da ferrovia:

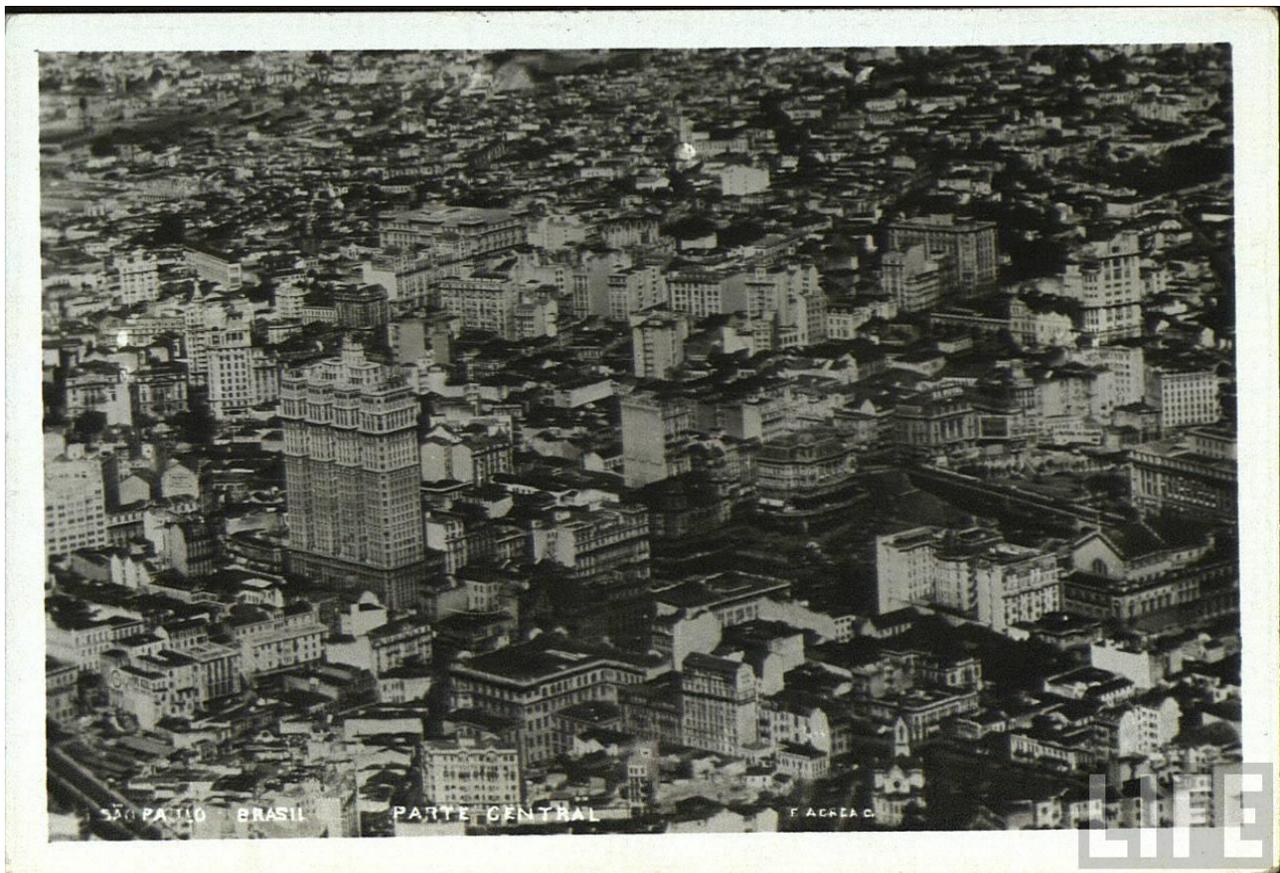


SOUKEF JÚNIOR, Antonio. *Cem anos Luz*. Dialeto Latin American Documentary, São Paulo; 2ª edição, 2000.

São Paulo no começo do século XX. Visto da torre da Estação da Luz, o bairro operário do Brás aparece no horizonte com suas chaminés de indústrias que seguem a linha ferroviária, responsável maior pela primeira transformação da cidade.

Nesta imagem podemos ver também a infraestrutura do entorno da estação. Linhas de bonde, avenidas largas, e ainda alguns casarões à direita compoem a região mais urbanizada (seguindo os padrões europeus) da cidade fora do triângulo.

O Martinelli e a São Paulo de 1930:



© Time Inc.

Década 1930.

Nos anos 30 o edifício Martinelli dominava a paisagem paulistana. Símbolo da nova cidade que crescia em ritmo veloz. É visível o quanto o centro de São Paulo estava denso e urbanizado nesta época.

É possível notar também que a cidade apresentava características europeizadas em seu acervo arquitetônico. Vemos o Vale do Anhangabaú, cercado pelas construções imponentes que atestavam o momento econômico da cidade. Além do Martinelli, vemos cercar o vale o Teatro Municipal, o Viaduto do Chá e o prédio da Light (À direita no canto inferior), o Palácio dos Correios (em frente ao Martinelli), e os palacetes construídos pela família Prates (no centro). Ao fundo está o Palácio da Justiça na Praça da Sé, e mais ao fundo, fora do perímetro do centro da época, a região da Liberdade, visivelmente menos densa.

Na década seguinte:



© Time Inc.

Dmitri Kessel / Agosto, 1947.

Uma década se passou e o horizonte nos apresenta a paisagem de outra cidade. Já tendo as cidades norte-americanas como modelo, o centro de São Paulo está verticalizado. O Martinelli já não domina a paisagem sozinho. Há outros prédios junto a ele, sendo o mais próximo aquele que mais se destaca na paisagem, se tornando o novo símbolo da cidade.

Na década de 50:



© Time Inc.

Dmitri Kessel / Abril, 1957.

Duas décadas depois e o Martinelli some, obscurecido por um processo de verticalização iniciado com sua própria construção. O centro de São Paulo está adensado e verticalizado, com sua mais característica paisagem urbana. Prédios comerciais misturam-se com outros residenciais no momento em que o centro ainda é o lugar mais importante da cidade no que diz respeito à sua importância econômica, e infraestrutura tanto para trabalho quanto para moradia.

Vale notar a diferença nos estilos arquitetônicos do Martinelli e do Edifício do Banco do Brasil que o “encobriu” por fim. São Paulo pode ser desvendada por seus estilos arquitetônicos que se sobrepõem. Em seu lugar mais importante, onde sua identidade foi projetada durante todo o século XX, não há homogeneidade na paisagem edificada. Ainda que um determinado estilo se sobressaia (resultado das tendências da época – na condição de uma das grandes cidades do mundo, São Paulo é atualizada), sempre há fragmentos que nos remetem a outro período da cidade permitindo, assim, uma leitura de sua história, contrapondo-se às afirmações tão comuns de que esta é uma cidade sem história, pois está sempre destruindo o que constrói em ordem de construir algo

novo, mais moderno. Ainda que esta reconstrução constante seja parte da identidade de São Paulo, com o passar do tempo há sempre mais e mais fragmentos que sobrevivem, e contam sua história.

Tabela I

Crescimento populacional	50/60	60/70	70/80	80/90	90/00	00/10
Brás	-1,19	-1,74	-0,60	-1,28	-3,14	1,52
Bela Vista	2,16	1,21	2,82	-1,56	-1,41	0,95
Cambuci	1,15	-0,02	1,22	-1,72	-2,80	2,55
Consolação	3,16	1,51	2,47	-1,35	-2,20	0,51
Liberdade	2,08	0,47	1,44	-0,71	-2,29	1,11
Pari	0,74	-1,19	-1,03	-2,12	-3,95	1,56
República	2,99	0,41	1,94	-0,49	-2,11	1,79
Santa Cecília	2,42	0,31	1,30	-0,88	-2,06	1,64
Sé	0,75	0,90	1,10	-1,74	-3,29	1,63
Bom Retiro	1,62	-1,64	0,41	-2,47	-3,35	2,45
Fonte: <i>IBGE censos demográficos</i>	<i>1950</i>	<i>1970</i>	<i>1991</i>	<i>2010</i>		
	<i>1960</i>	<i>1980</i>	<i>2000</i>			

Bibliografia

ARANTES, Antonio Augusto. **Paisagens Paulistas: transformações do espaço público**. Editora da UNICAMP/ Imprensa Oficial, Campinas, 2000.

ARGAN, Giulio. **História da arte como história da cidade**. Martins Fontes, São Paulo, 2005.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34, Edusp, São Paulo; 2ª edição, 2003.

CAMPOS, Eudes. **Nos Caminhos da Luz, antigos palacetes da elite paulistana**. An. mus.paul., São Paulo, v.13, n1, June 2005.
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142005000100002&lng=en&nrm=iso>

_____ **Casas e vilas operárias paulistas**. Informativo Arquivo Histórico Municipal, 4(19): jul/ago. 2008. <<http://arquivohistorico.sp.gov.br>>

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **Centralidade em São Paulo. Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. Cortez, Edusp, São Paulo; 1ª edição, 2000.

GUIMARÃES, Laís de Barros Monteiro. **Luz**. São Paulo: AHM, 1977.

GUNN, Philip & CORREIA, Telma de Barros. **Vilas operárias: o mundo fabril penetra na cidade**. In: São Paulo, metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais. Editora Senac, São Paulo, 2004.

OLIEVENSTEIN, Claude e LAPLANTINE, François: **Um olhar francês sobre São**

Paulo (São Paulo vu par deux françois). Editora brasiliense. São Paulo, 1993.

SARLO, Beatriz: **La ciudad vista: mercancías y cultura urbana.** Siglo Veintiuno Editores, Buenos Aires; 1ª edição, 2010.

SOUKEF JÚNIOR, Antonio. **Cem anos Luz.** Dialete Latin American Documentary, São Paulo; 2ª edição, 2000.

Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq